

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SAO JOSE  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501 609 458

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	131.031,51	101.489,29
Subsídios, doações e legados à exploração	17.11	208.337,42	223.661,82
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	25.594,56	19.511,10
Fornecimentos e serviços externos	17.12	47.109,26	36.915,10
Gastos com o pessoal	15	253.289,62	243.826,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	11	0,00	0,00
Outros rendimentos	17.13	13.791,50	2.457,18
Outros gastos	17.14	10.263,24	8.371,46
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>16.903,75</b>	<b>18.983,95</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	12.946,17	9.165,61
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3.957,58</b>	<b>9.818,34</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.15	0,08	0,03
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>3.957,50</b>	<b>9.818,31</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3.957,50</b>	<b>9.818,31</b>

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SAO JOSE**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**Contribuinte: 501 609 458**  
**Moeda: (Valores em Euros)**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	49 089,11	28 794,31
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	289,05	0,00
Investimentos financeiros	17.1	341,94	193,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		49 720,10	28 987,37
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	9	0,00	0,00
Créditos a receber	17.3	23 255,70	3 741,46
Estado e outros entes públicos	17.9	28,43	799,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	0,00	0,00
Diferimentos	17.5	341,19	89,73
Outros ativos correntes	17.4	19 891,54	13 960,96
Caixa e depósitos bancários	17.6	134 693,41	180 645,40
		178 210,27	199 237,11
<b>Total do ativo</b>		227 930,37	228 224,48
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	17.7	-2 362,99	-2 362,99
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	17.7	0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	209 472,02	205 433,75
Excedentes de revalorização	17.7	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	1 458,98	1 458,98
		208 568,01	204 529,74
Resultado líquido do período	17.8	3 957,50	9 818,31
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		212 525,51	214 348,05
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	11	0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7/8	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17.8	2 870,17	2 707,77
Estado e outros entes públicos	17.9	10 427,68	9 285,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7/8	0,00	0,00
Diferimentos	17.5	120,00	712,59
Outros passivos correntes	17.10	1 987,01	1 170,11
		15 404,86	13 876,43
<b>Total do passivo</b>		15 404,86	13 876,43
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		227 930,37	228 224,48

A Direcção

O responsável

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL  
DE SÃO JOSÉ**

**Anexo**

**Conta de Gerência de 2017**

## Índice

1   Identificação da Entidade.....	3
2   Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3   Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1 Bases de Apresentação.....	4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4   Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	13
5  Activos Fixos Tangíveis.....	13
6  Ativos Intangíveis .....	15
7  Locações.....	16
8   Custos de Empréstimos Obtidos .....	16
9  Inventários.....	17
10  Rédito.....	17
11  Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	17
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	17
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	17
14 Imposto sobre o Rendimento .....	18
15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos.....	18
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	19
17 Outras Informações .....	19
17.1 Investimentos Financeiros .....	19
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	19
17.3 Créditos a Receber.....	20
17.4 Outros Ativos Correntes .....	20
17.5 Diferimentos .....	21
17.6 Caixa e Depósitos Bancários .....	21
17.7 Fundos Patrimoniais .....	21
17.8 Fornecedores.....	22
17.9 Estado e Outros Entes Públicos .....	22
17.10 Outros Passivos Correntes.....	22
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração .....	23
17.12 Fornecimentos e serviços externos .....	23
17.13 Outros rendimentos e ganhos.....	23
17.14 Outros gastos e perdas .....	24
17.15 Resultados Financeiros .....	24
17.16 Acontecimentos após data de Balanço .....	25

## 1 | Identificação da Entidade

---

### 1.1 Designação da entidade

Nome da Instituição: **Centro Social Paroquial de S.José**

Na sua forma jurídica reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), assume-se como uma instituição de utilidade pública, conforme registo de 14-05-2015 pelo averbamento nº3, a inscrição nº21/86 folhas 49 Verso, do Livro das Fundações de Solidariedade Social.

**1.2 Sede:** Avenida Afonso de Albuquerque, nº 6 – 1º Dto – 2910-374 Setúbal

**1.3 NIPC:** 501 609 458

### 1.4 Natureza da atividade

A Instituição foi constituída em 1977 e apresenta como fins estatutários cultivar nos paroquianos a noção das suas responsabilidades sociais, motivando-se para as exigências cristãs da partilha e comunicação de bens e, muito em particular, ajudando-os a dar resposta adequada às carências que eventualmente existam entre os habitantes da paróquia, mediante ações de assistência, promoção ou desenvolvimento, segundo as circunstancias, desenvolvendo atualmente as seguintes respostas:

- Jardim de Infância
- Atividade tempos Livres

## 2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

### **3 | Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### **3.1.4 Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materiais se puderem, individualmente ou coletivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o factor determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do

processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode porém ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os activos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, excepto quando a mesma reflita a substância da transacção ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transacções, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Activos Fixos Tangíveis**

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta



com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.3 Outros Créditos e Ativos Não Correntes**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **3.2.4 Ativos Intangíveis**

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável

gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Activos Intangíveis	-----

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### **3.2.6 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **3.2.7 Instrumentos Financeiros**

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

#### Outros activos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos

antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

#### **3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 | Activos Fixos Tangíveis**

---

##### Bens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

##### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2016						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	338.409,43	30.383,11	0,00	0,00	0,00	368.792,54
Equipamento Básico	76.750,79	0,00	0,00	0,00	0,00	76.750,79
Equipamento de transporte	0,00	2.750,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	79.275,48	1.977,29	0,00	0,00	0,00	81.252,77
Outros activos fixos tangíveis	21.701,43	455,98	0,00	0,00	0,00	22.157,41
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>516.137,13</b>	<b>35.566,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>551.703,51</b>

Exercício de 2016				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	337.410,00	5.092,12	0,00	342.502,12
Equipamento Básico	76.277,24	348,03	0,00	76.625,27
Equipamento de transporte	0,00	550,00	0,00	550,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	78.354,94	2.719,48	0,00	81.074,42
Outros activos fixos tangíveis	21.701,41	455,98	0,00	22.157,39
<b>Total</b>	<b>513.743,59</b>	<b>9.165,61</b>	<b>0,00</b>	<b>522.909,20</b>

Exercício de 2017						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	368.792,54	5.509,63	0,00	0,00	0,00	374.302,17
Equipamento Básico	76.750,79	1.180,49	0,00	0,00	0,00	77.931,28
Equipamento de transporte	2.750,00	2.750,17	0,00	0,00	0,00	5.500,17
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	81.252,77	7.511,63	0,00	0,00	0,00	88.764,40
Outros activos fixos tangíveis	22.157,41	289,05	0,00	0,00	0,00	22.446,46
Imobilizações em Curso	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
<b>Total</b>	<b>551.703,51</b>	<b>33.240,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>584.944,48</b>



Exercício de 2017				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	342.502,12	6.010,02	0,00	348.512,14
Equipamento Básico	76.625,27	545,55	0,00	77.170,82
Equipamento de transporte	550,00	1.100,03	0,00	1.650,03
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	81.074,42	5.001,52	0,00	86.075,94
Outros activos fixos tangíveis	22.157,39	289,05	0,00	22.446,44
<b>Total</b>	<b>522.909,20</b>	<b>12.946,17</b>	<b>0,00</b>	<b>535.855,37</b>

Ano	Total Activos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Activo Liquido
<b>2016</b>	551.703,51	522.909,20	28.794,31
<b>2017</b>	584.944,48	535.855,37	49.089,11

#### Propriedades de Investimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

## **6 | Ativos Intangíveis**

#### Bens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

#### Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2016						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Exercício de 2016				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Exercício de 2017						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	289,05	0,00	0,00	0,00	289,05
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>289,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>289,05</b>

Exercício de 2017				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Ano	Total Activos Fixos Intangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Activo Liquido
2016	0,00	0,00	0,00
2017	289,05	0,00	289,05

## 7 | Locações

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

## 8 | Custos de Empréstimos Obtidos

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

## 9| Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Exercício de 2016					Exercício de 2017			
	CMVMC	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e	Inventário Final	CMVMC	Compras	Reclassificações e	Inventário Final
				regularizações				regularizações	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, Subs. Consumo	19.511,10	0,00	19.511,10	0,00	0,00	25.594,56	25.594,56	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desp., resid. Interm.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>19.511,10</b>	<b>0,00</b>	<b>19.511,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.594,56</b>	<b>25.594,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 10| Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	131.031,51	95.949,29
Quotas e joias	0,00	0,00
Serviços Secundários	0,00	5.540,00
Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>131.031,51</b>	<b>101.489,29</b>

## 11| Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

**14 Imposto sobre o Rendimento**

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

**15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos**

Os membros dos órgãos directivos, para os períodos de 2016 e 2017, foram, respectivamente:

Exercício 2016	
Cargo	Nome
Presidente	Carlos Fernando Russo Santos
Vice - Presidente	Sandra Cláudia Rumor do Chão
Outros	José Fernando Nobre Palma

Exercício 2017	
Cargo	Nome
Presidente	Carlos Fernando Russo Santos
Vice - Presidente	Sandra Cláudia Rumor do Chão
Outros	José Fernando Nobre Palma

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em:	
Exercício	número médio de colaboradores
31-12-2016	21
31-12-2017	20

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	206.296,92	197.201,77
Indemnizações	1.333,20	369,23
Encargos sobre as Remunerações	42.999,97	42.967,29
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.311,28	2.532,39
Outros gastos com pessoal	1.348,25	756,00
<b>Total</b>	<b>253.289,62</b>	<b>243.826,68</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Em outros investimentos financeiros, apenas se regista os fundos de compensação para o trabalho, que se apresenta no seguinte quadro:

Descrição	2017	2016
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>341,94</b>	<b>193,06</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Total	<b>341,94</b>	<b>193,06</b>

### 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

**17.3 Créditos a Receber**

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	23.255,70	3.741,46
<b>Cientes e Utentes títulos a receber</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes factoring</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>23.255,70</b>	<b>3.741,46</b>

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

**17.4 Outros Ativos Correntes**

A rubrica “Outras ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	2.000,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.593,68	11.593,68
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	6.297,86	2.367,28
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>19.891,54</b>	<b>13.960,96</b>

**17.5 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
- Seguros	341,19	89,73
- Obras de Conservação e Reparação	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>341,19</b>	<b>89,73</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
- Outras receitas com proveito diferido	120,00	712,59
<b>Total</b>	<b>120,00</b>	<b>712,59</b>

**17.6 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	2.562,47	838,07
Depósitos à ordem	132.130,94	179.807,33
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>134.693,41</b>	<b>180.645,40</b>

**17.7 Fundos Patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	-2.362,99	0,00	0,00	-2.362,99
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	205.433,75	4.038,27	0,00	209.472,02
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.458,98	0,00	0,00	1.458,98
<b>Total</b>	<b>204.529,74</b>	<b>4.038,27</b>	<b>0,00</b>	<b>208.568,01</b>

**17.8 Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	2.870,17	2.707,77
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.870,17</b>	<b>2.707,77</b>

**17.9 Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	28,43	799,56
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>28,43</b>	<b>799,56</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.555,20	1.033,99
Segurança Social	8.872,01	8.250,96
Outros Impostos e Taxas	0,47	1,01
<b>Total</b>	<b>10.427,68</b>	<b>9.285,96</b>

**17.10 Outros Passivos Correntes**

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar	0,00	823,58	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>	<b>0,00</b>	<b>1.163,43</b>	<b>0,00</b>	<b>1.170,11</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1.987,01</b>	<b>0,00</b>	<b>1.170,11</b>



**17.11 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	207.857,42	223.661,82
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	480,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>208.337,42</b>	<b>223.661,82</b>

**17.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	9.546,00	10.071,73
Materiais	7.616,45	4.769,90
Energia e fluidos	13.043,93	9.425,52
Deslocações, estadas e transportes	6.648,70	27,80
Serviços diversos	10.028,14	12.612,72
Encargos com Utentes	226,04	7,43
<b>Total</b>	<b>47.109,26</b>	<b>36.915,10</b>

**17.13 Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	10.752,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	25,42	57,41
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	3.014,08	2.399,77
<b>Total</b>	<b>13.791,50</b>	<b>2.457,18</b>

**17.14 Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	182,17	5,62
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	9.286,24	3.259,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	794,83	5.106,84
<b>Total</b>	<b>10.263,24</b>	<b>8.371,46</b>

**17.15 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,08	0,03
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,08</b>	<b>0,03</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-0,08</b>	<b>-0,03</b>

**17.16 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Setúbal, 19 de Junho 2018

O Técnico Oficial de Contas

---

# "Centro Social Paroquial de S. José"

## PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 001/2018 Exercício Económico de 2017 Prestação de Contas

### ENQUADRAMENTO

No cumprimento do nosso mandato e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhamos o exercício económico de 2017 do Centro Social Paroquial de S. José, mediante o exame dos livros, registos contabilísticos e demais demonstrações económico-financeiras, assim como solicitamos todos os esclarecimentos que achamos por bem, ao gabinete de contabilidade "Odulisser" em Setúbal.

O Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração de Fluxos de Caixa, em conjunto com os restantes elementos de Gestão, com os quais concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação económica e financeira da Instituição.

Os critérios valorimétricos utilizados nas demonstrações financeiras merecem a nossa concordância.

### RESPONSABILIDADE

É da responsabilidade da Direção a preparação do referido relatório bem como das demonstrações financeiras, que traduzem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Centro Social Paroquial S. José.

### ANÁLISE

Da análise a prestação de Contas, salientamos que o resultado do exercício compreendido entre janeiro e dezembro de 2017 é de 3.957,50 (três mil, novecentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimo), continuando a apontar no sentido do reforço da solidez financeira.

As disponibilidades existentes permitiram fazer face a todos os compromissos assumidos.

Verificando-se ainda um decréscimo relativamente ao resultado líquido do exercício anterior, o que poderá justificar pelas correções relativas a perdas em exercícios anteriores.

### CONCLUSÃO

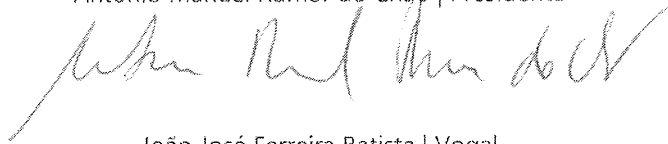
Assim, o Conselho Fiscal emite parecer favorável para que seja aprovado o Relatório e Contas, relativo ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2017.

Setúbal, aos dias 29 de março de 2018

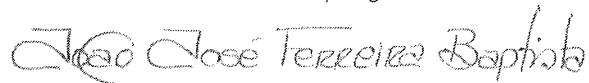
# "Centro Social Paroquial de S. José"

## O Conselho Fiscal do Centro Social Paroquial de S. José

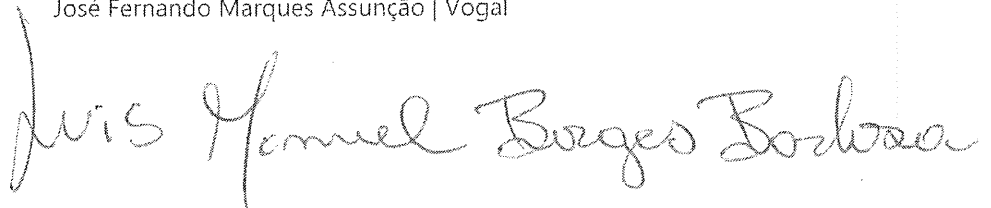
António Manuel Rumor do Chão | Presidente



João José Ferreira Batista | Vogal



José Fernando Marques Assunção | Vogal



## “Centro Social Paroquial de S. José.”

Avenida Afonso de Albuquerque, número seis, primeiro andar direito, Freguesia de S. Sebastião, Concelho de Setúbal, NIPC 501.609.458

### LIVRO DE ATAS

Folha

12

#### NÚMERO CINQUENTA E DOIS

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas dezanove horas, reuniu na sede da Instituição, sita na Avenida Afonso de Albuquerque, numero seis, primeiro andar direito, Freguesia de S. Sebastião, Concelho de Setúbal, o Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de S. José, pessoa coletiva religiosa, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social. -----  
-----

Estiveram presentes os membros, António Manuel Rumor do Chão, João José Ferreira Batista e Luís Manuel Borges Barbosa. -----  
-----

À hora marcada, o Presidente do Conselho Fiscal António Manuel Rumor do Chão, verificou estar representado a maioria dos membros do Conselho Fiscal, pelo que a reunião extraordinária se encontra em condições de poder deliberar validamente, pelo que foi decidido por unanimidade constituir-se a reunião do Conselho Fiscal para decidir sobre: -----  
-----

#### **Ponto único: Deliberação sobre o relatório e contas de 2017.** ----- -----

Verificado a existência de quórum e dos documentos e demais elementos necessários à realização da reunião Conselho Fiscal. -----

#### **Ponto único:** ----- -----

Após análise e discussão dos elementos relativos ao relatório e contas da direção de 2017, foi deliberado por unanimidade o seguinte: -----  
-----

## "Centro Social Paroquial de S. José."

Avenida Afonso de Albuquerque, número seis, primeiro andar direito, Freguesia de S. Sebastião, Concelho de Setúbal, NIPC 501.609.458

### LIVRO DE ATAS

Folha

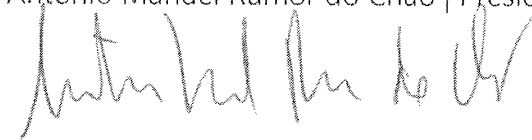
13

Aprovar o relatório e contas da 2017. -----

Nada mais havendo a tratar, foi pelo senhor Presidente António Manuel Rumor do Chão encerrada a sessão às vinte. -----

Lavrando-se a presente ata que depois de lida vai ser assinada pelos presentes. -----

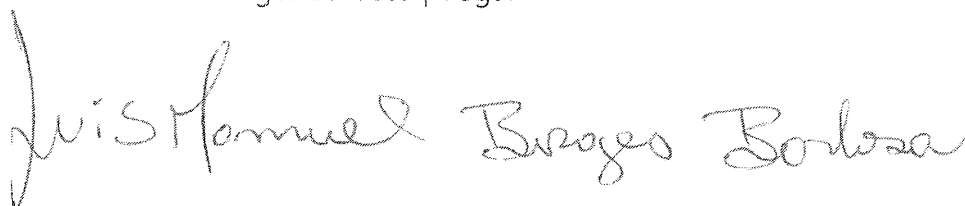
António Manuel Rumor do Chão | Presidente



João José Ferreira Batista | Vogal



Luís Manuel Borges Barbosa | Vogal



## “Centro Social Paroquial de S. José.”

Avenida Afonso de Albuquerque, numero seis, primeiro andar direito, Freguesia de S. Sebastião, Concelho de Setúbal, NIPC 501.609.458

# LIVRO DE ATAS

Folha

11

### NÚMERO SETE

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas dezanove horas, reuniu na sede da Instituição, sita na Avenida Afonso de Albuquerque, numero seis, primeiro andar direito, Freguesia de S. Sebastião, Concelho de Setúbal, a Direção do Centro Social e Paroquial de S. José, pessoa coletiva religiosa, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social.

-----

-----

Estiveram presentes os membros, Reverendo Padre Carlos Fernando Russo Santos, José Fernando Nobre Palma, Maria Leonor Almeida Rocha e Nuno Esteves. -----

Justificou antecipadamente a sua ausência por motivos particulares Sandra Cláudia Rumor do Chão. -----

-----

À hora marcada, o Presidente da Direção Padre Carlos Fernando Russo Santos, verificou estar representado maioria dos membros da Direção, pelo que a reunião extraordinária se encontra em condições de poder deliberar validamente, pelo que foi decidido por unanimidade constituir-se a reunião de Direção para decidir sobre: -----

-----

#### **Ponto único: Prestação de Contas do Exercício Económico de 2017.** -----

-----

Verificado a existência de quórum e dos documentos e demais elementos necessários à realização da reunião de Direção. -----

-----



## “Centro Social Paroquial de S. José.”

Avenida Afonso de Albuquerque, numero seis, primeiro andar direito, Freguesia de S. Sebastião, Concelho de Setúbal, NIPC 501.609.458

### LIVRO DE ATAS

Folha

12

**Ponto único:** -----

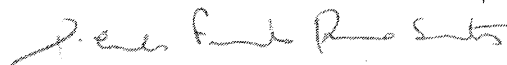
Após análise e discussão dos elementos relativos a Prestação de Contas do Exercício Económico de 2017 e ao Parecer do Conselho fiscal, que se anexa, foi deliberado pela Direção o seguinte: -----

-----  
Aprovar o Relatório e Contas da Direção, relativos ao exercício económico de 2017. -----

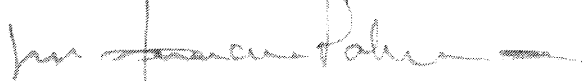
-----  
Nada mais havendo a tratar, foi pelo senhor Presidente Reverendo Padre Carlos Fernando Russo Santos encerrada a sessão pelas vinte e uma horas com uma oração. -----

Lavrando-se a presente ata que depois de lida vai ser assinada pelos presentes.  
-----

Padre Carlos Fernando Russo Santos | Presidente



José Fernando Nobre Palma | Tesoureiro



Maria Leonor Almeida Rocha | Secretário



Nuno Esteves | Vogal

